



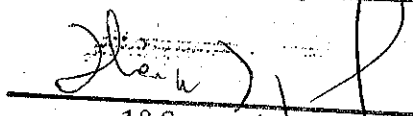
MENSAGEM Nº 74 /GG

Teresina (PI), 29 de DEZEMBRO de 2017.

A Sua Excelência, o Senhor
Deputado **THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
NESTA CAPITAL

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 06/02/2018


1º Secretário

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR TOTALMENTE**, o Projeto de Lei que "**Dispõe sobre a proibição da venda de refrigerantes em escolas de educação básica**".

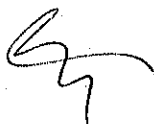
RAZÕES DO VETO


O Projeto de Lei dispõe sobre a proibição da venda de refrigerantes em escolas de educação básica, públicas e privadas, do Estado do Piauí.

Matéria relativa à comercialização de produtos é da competência privativa da União, conforme o artigo 22, inciso I, da Constituição Federal. Isto posto, depreende-se que, em respeito ao Princípio Federativo, expresso no art. 60, §4º, I, CRFB, base do ordenamento jurídico brasileiro, o Estado do Piauí deve respeitar a supracitada competência.

Com base em referida competência legislativa, tramita em nível federal o Projeto de Lei (PLS nº 357 de 2015) com o fim de disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas básicas. Destarte, apesar das boas intenções do Projeto, conclui-se não somente pela impossibilidade de o Estado do Piauí tratar sobre matéria semelhante, visto que é necessário respeitar a primazia da União, como também que a iniciativa legislativa em apreço corre o risco de dispor sobre a matéria em descompasso com a iniciativa do Senado Federal, provocando um conflito normativo, ao proibir apenas uma espécie de alimento sem valor nutritivo, enquanto o projeto Federal é muito mais abrangente.

Tal reserva de competência federal não impede que o Poder Executivo disponha, com base na sua competência regulamentar e mediante Decreto, sobre o fornecimento de merenda escolar ou mesmo sobre a proibição de comercialização de produtos sem valor nutricional, como os refrigerantes, no âmbito das escolas da



29/12/2017
PARA LEITURA EM EXPEDIENTE

Emanuelito de Oliveira Costa
Secretário Geral da Mesa



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

rede pública estadual de educação básica, sem extrapolar sua competência para a comercialização de produtos no âmbito das escolas particulares.

A Constituição Estadual prevê as hipóteses de veto nos seguintes termos:

"Art. 78. omissis..."

"§ 1º O Governador, se considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, deverá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto."

"§ 2º - omissis..."

Por todo o exposto, e com base no princípio federativo, resolvo **VETAR TOTALMENTE** o presente Projeto de Lei, entendendo-o inconstitucional.

Senhor Presidente, são essas as razões que me levaram a vetar este Projeto de Lei, as quais submeto à elevada consideração dos Senhores membros dessa augusta Assembleia Legislativa.



JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ